



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**ATA DA 216ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

LOCAL: Hotel Bourbon, Rua Visc. de Taunay, 275 – Centro – Joinville

DATA: 29 de novembro de 2017

HORÁRIO: 13:30h

Presentes à Reunião

Secretaria de Estado da Saúde:

Vicente Caropreso, Clécio Antonio Espezim, Karin Geller, Grace Ella Berenhauser, Fábio de Souza, Lisete Contin; Helma Finta Uba.

Conselho de Secretarias Municipais de Saúde:

Sidnei Bellé (Caibi); Maria Regina de Souza Soar (Blumenau); Nédio Luiz Conci (Chapecó); Diego Passarela (Forquilha); Odila Valdrick (Lages); Francieli Cristini Schultz (Joinville); Celso Luiz Dellagiustina (Itajaí).

APROVAÇÃO DA ATA

A Ata da CIB 215ª de 19 de outubro de 2017 foi aprovada, com abstenção do Secretário Municipal de Saúde de Itajaí, Celso Luiz Dellagiustina, que não estava presente na reunião anterior, de 19 de outubro.

DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

A 216ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite teve início às 13h, com a presença dos Membros acima descritos, sob a coordenação do Coordenador da CIB/COSEMS Sidnei Belle. O Coordenador da CIB/COSEMS abre a reunião e passa a palavra em seguida para o Coordenador da CIB/SES, Vicente Caropreso. O Coordenador da CIB/SES inicia a sua fala, citando que o objetivo de todos os presentes no evento é atender bem os usuários do Sistema Único de Saúde. E que as batalhas do dia-a-dia é tornar a política de saúde transparente e o máximo, desburocratizada. Refere que o convívio na Secretaria de Estado da Saúde foi muito enriquecedor, pessoal e profissionalmente. Refere ainda que o seu DNA não é mais o mesmo, desde o dia em que assumiu a Secretaria de Estado *da Saúde. Agradece a todos.*

1 DELIBERAÇÕES

2 a) PPI: ALTERAÇÕES DE FLUXOS, REMANEJAMENTOS E AJUSTES

3 A CIB APROVOU a revisão das transferências de gestão, remanejamentos, ajustes e alterações de fluxos de referências.

5

6 b) PLANO DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO MEIO OESTE, GRANDE OESTE E VALE DO ITAJAÍ: AJUSTES

8 A CIB APROVOU as alterações do PAR da Rede de Urgência e Emergência referentes aos remanejamentos de leitos da Macrorregião do Meio Oeste, Grande Oeste e Vale do Itajaí, conforme Nota Técnica 404/2016 da RUE, que



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

11 não envolvem novos recursos, sem impacto financeiro. As alterações estarão
12 em anexo a esta Deliberação. Karin Geller, Superintendente de Regulação,
13 esclarece que essas alterações estavam no Plano aprovado em 2013, mas
14 não foram implantadas. Celso Luiz Dellagiustina, Secretário Municipal de
15 Saúde de Itajaí, refere que não foi convidado e não participou das discussões
16 sobre as alterações da Rede do Vale do Itajaí. Karin Geller cita que as
17 discussões são realizadas no Grupo Condutor das Redes e essas três
18 Macrorregiões que estão sendo alteradas hoje, seguiram todos os trâmites
19 legais. Diego Passarela, Secretário Municipal de Saúde de Forquilha e
20 Coordenador da CIR da Região Carbonífera, coloca que as discussões
21 referente à Macrorregião Sul não passou pela CIR da Região Carbonífera. A
22 Macrorregião Sul estava na pauta por equívoco e foi retirada.

23

24 **c) ALTERAÇÃO DO ACESSO À PORTA DE ENTRADA PARA A ONCOLOGIA, DAS**
25 **REGIÕES DE SAÚDE: CARBONÍFERA E EXTREMO SUL CATARINENSE**

26 Diego Passarella, Secretário Municipal de Saúde de Forquilha e
27 Coordenador da CIR da Região Carbonífera, contextualiza os motivos da
28 solicitação de alteração do fluxo da porta de entrada da oncologia. Karin Geller
29 faz algumas considerações acerca do fluxo de entrada do paciente para a
30 oncologia, que pode ser por forte evidência e não somente com o diagnóstico
31 comprovado. Karin Geller esclarece também que, em função da existência de
32 regulação, é necessário alterações no fluxo, mas, considera que as alterações
33 sejam realizadas na Deliberação maior que aprova o Plano da Oncologia e
34 não somente para as Regiões da Macrorregião Sul. Diego Passarella,
35 Coordenador da CIR da Região Carbonífera cita que foi a sua Região que
36 solicitou a alteração do fluxo, em função da obrigatoriedade do paciente
37 passar pelo especialista, mesmo já com o diagnóstico estabelecido. O
38 UNACON não aceita o paciente com o encaminhamento do regulador, com
39 forte evidência da patologia, sem passar pelo especialista. Maria Regina de
40 Souza Soar, Secretária Municipal de Saúde de Blumenau, refere que há muito
41 tempo isso vem acontecendo. Que os UNACONs somente aceitam o paciente
42 com todos os diagnósticos realizados, inclusive com a biópsia, mesmo que o
43 paciente já tenha forte evidência da patologia. Maria Regina de Souza soar
44 sugere que a SES chame os prestadores de serviço para esclarecer sobre a
45 regulação e a obrigatoriedade da realização da biópsia para o diagnóstico,
46 entre outros detalhes. Karin Geller informa que a biópsia foi incluída como
47 diagnóstico obrigatório em 2008, quando ainda não existia regulação no
48 Estado. Hoje a situação é diferente e não há necessidade que seja realizada a
49 biópsia para a entrada do paciente no UNACON. Celso Dellagiustina,
50 Secretário Municipal de Saúde de Itajaí, cita que no início do ano foi colocado
51 que todos os planos de alta complexidade seriam revisados e atualizados e
52 até hoje, isso não aconteceu. Por fim, consensuado alterar a Deliberação
53 maior da oncologia, incluindo todas as Regiões de Saúde do Estado. Nédio
54 Conci, Secretário Municipal de Saúde de Chapecó coloca a necessidade de
55 organizar o fluxo da oncologia, para evitar todos esses problemas com o
56 acesso do paciente ao tratamento. Karin Geller cita que há muitas resistências
57 contra a regulação. Celso Dellagiustina cita que acha a regulação um sistema



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

58 fantástico, mas menciona que é necessária a fiscalização, haja vista, que
59 alguns credenciamentos foram realizados sem que o serviço cumprisse todos
60 os critérios exigidos nas portarias e que, deveriam se adequar. O Secretário de
61 Estado da Saúde e Coordenador da CIB/SES, Vicente Caropreso, sugere que
62 se realize uma reunião no 8º andar da SES em Florianópolis, no dia 18 de
63 dezembro de 2017, para discutir e definir sobre o fluxo da oncologia. O item é
64 retirado da pauta, ficando para discussões e pactuações no dia 18 de
65 dezembro.

66

67 **d) UPA DE PENHA**

68 A CIB **APROVOU** a Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24h, do Município
69 de PENHA, localizado na Macrorregião da Foz do Vale do Itajaí, com base na
70 Portaria MS/GM 1.600/2011 e Portaria MS/GM 10/2017, cujos recursos
71 financeiros serão oriundos do Ministério da Saúde, sem gerar impacto
72 financeiro para a Secretaria de Estado da Saúde.

73

74 **e) UPA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS**

75 A CIB **APROVOU** a Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24h, do Município
76 de BALNEÁRIO PIÇARRAS, localizado na Macrorregião da Foz do Vale do
77 Itajaí, com base na Portaria MS/GM 1.600/2011 e Portaria MS/GM 10/2017,
78 cujos recursos financeiros serão oriundos do Ministério da Saúde, sem gerar
79 impacto financeiro para a Secretaria de Estado da Saúde.

80

81 **f) HABILITAÇÃO DA ALTA COMPLEXIDADE**

82 A CIB **APROVOU** o credenciamento/habilitação de 05 leitos de UTI pediátrico
83 tipo II para a Associação Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira, localizado no
84 Município de CHAPECÓ, qualificados na Rede de Urgência e Emergência.

85

86 **g) HABILITAÇÃO DE LEITOS DE RETAGUARDA CLÍNICA**

87 A CIB **APROVOU** o cadastramento/habilitação O cadastramento/habilitação
88 de 22 leitos de Retaguarda Clínica para o Hospital Regional Helmuth Nass,
89 localizado no Município de BIGUAÇU.

90

91 **h) HABILITAÇÃO DE LEITOS DE RETAGUARDA CLINICA**

92 A CIB **APROVOU** o cadastramento/habilitação de 04 leitos de Retaguarda
93 Clínica para o Hospital Santa Terezinha, localizado no Município de BRAÇO
94 DO NORTE.

95

96 **i) HABILITAÇÃO EM ALTA COMPLEXIDADE EM ONCOLOGIA DE RIO DO SUL**

97 A CIB **APROVOU** o cadastramento/habilitação no Serviço de Alta
98 Complexidade em Oncologia do **Hospital Regional do Alto Vale**, localizado
99 no Município de Rio do Sul.

100

101 **j) QUALIFICAÇÃO DE LEITOS DE UTI TIPO II PARA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA**

102 A CIB **APROVOU** o quantitativo de 07 leitos de UTI tipo II para o Hospital
103 Waldomiro Colautti, qualificados na Rede de Urgência e Emergência.

104



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

105 k) **QUALIFICAÇÃO DE LEITOS DE UTI TIPO II PARA REDE DE URGÊNCIA E**
106 **EMERGÊNCIA**

107 A CIB APROVOU o quantitativo de 10 leitos de UTI tipo II para a Fundação
108 Social Hospitalar de Içara, qualificados na Rede de Urgência e Emergência.

109

110 l) **INSERÇÃO DO CONSÓRCIO NO SISREG E REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO**
111 **183/2017**

112 A **CIB APROVOU** as orientações para inserção dos consórcios no sistema
113 Nacional de Regulação - SISREG elaboradas em conjunto, por técnicos da
114 Superintendência de Serviços Especializados e Regulação (SUR/SES) e do
115 Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS/SC). As orientações
116 descrevem o passo a passo, uma forma provisória, de cadastrar os consórcios
117 no SISREG, até que o Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de
118 Sistemas – **DRAC/DATASUS/MS** disponibilize uma funcionalidade que
119 permita a gestão dupla de prestadores no sistema SISREG. Karin Geller
120 esclarece que foi necessário realizar ajustes nos códigos para inserção das
121 consultas e exames do consórcio no SISREG. A proposta veio para a reunião
122 para pactuar uma nova Deliberação com um modelo misto, para poder
123 organizar as agendas dos consórcios, revogando a Deliberação 183/2017.
124 Discussão essa realizada na Câmara Técnica de Regulação. O detalhamento
125 estará em anexo a esta Deliberação.

126

127 m) **PROTOCOLOS DE ACESSO AMBULATORIAL: 6º LOTE**

128 A **CIB APROVOU** o 6º lote de Protocolos de Acesso a serem utilizados pela
129 Atenção Primária à Saúde, Estratégia Saúde da Família, Equipe Saúde Bucal
130 e por todas as Centrais de Regulação Ambulatoriais de Santa Catarina, das
131 seguintes especialidades: atualização do protocolo de consultas em cirurgia
132 vascular, consulta em dermatologia, atualização do protocolo consulta em
133 gestante de alto risco, consulta em transplante de medula óssea análogo,
134 exames em genética, consulta ambulatorial de saúde visual. Maria Regina de
135 Souza Soar lembra que os protocolos de acesso são para organizar e garantir
136 o acesso do usuário. É um instrumento norteador. Karin Geller solicita que os
137 municípios avaliem os protocolos e sugiram alterações, se forem necessárias.

138

139 n) **FORMULÁRIOS ‘CONTRARREFERÊNCIA ESTADUAL’ E ‘DECLARAÇÃO DE PACIENTES**
140 **DO TFD INTERESTADUAL’ A SEREM INSERIDOS NO MANUAL DO TFD – DELIBERAÇÃO**
141 **30/CIB/2017**

142 A **CIB APROVOU** o acréscimo dos formulários de “Contrarreferência
143 Interestadual” e “Declaração para pacientes do programa TFD Interestadual”
144 ao Manual de Normatização do Tratamento Fora de Domicílio - TFD no
145 Estado de Santa revisado em fevereiro de 2017. Os formulários serão
146 incluídos na Deliberação 30/2017 do TFD.

147

148 o) **SISTEMA ONLINE DO TRATAMENTO FORA DE DOMICÍLIO – TFD INTERESTADUAL**

149 A **CIB APROVOU** o sistema informatizado denominado “TFD ON LINE” para
150 acompanhamento dos processos de Tratamento Fora do Domicílio - TFD
151 Interestadual e Intraestadual no Estado de Santa Catarina, disponibilizado



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

152 pela Secretaria do Estado da Saúde. A inserção do TFD online será
153 compulsória. O detalhamento consta nesta Deliberação. Decka Cortese,
154 Gerente de Regulação, informa que, o sistema foi inicialmente proposto, pelas
155 dificuldades de controle da transparência do TFD. Na prática, esse sistema
156 está concluído, mas, em fase de desenvolvimento de algumas melhorias.
157 Karin Geller lembra que, nas capacitações macrorregionais, foi colocado que
158 após 60 dias da utilização do TFD Online interestadual, se utilizaria o TFD
159 Online estadual. Mas, em função do tempo, Karin Geller coloca que o tempo
160 será estendido, além dos 60 dias, sendo de livre acesso para os municípios
161 com capacidade e que optarem em já acessar o TFD Online estadual. Karin
162 lembra também que o sistema é estadual e gratuito.

163

164 p) **REABILITAÇÃO DOS NÚCLEOS DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA HOSPITALAR DO**
165 **HOSPITAL NEREU RAMOS, HOSPITAL REGIONAL DO OESTE E HOSPITAL INFANTIL**
166 **JOANA DE GUSMÃO**

167 Considerando a Portaria nº 1.378/GM/MS, de 9 de julho de 2013, que
168 regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e
169 financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito
170 Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e
171 Sistema Nacional de Vigilância Sanitária; A Portaria nº 183/GM/MS, de 30 de
172 janeiro de 2014, que regulamenta o incentivo financeiro de custeio para
173 implantação e manutenção de ações e serviços públicos estratégicos de
174 vigilância em saúde, previsto no art. 18, inciso I, da Portaria nº 1.378/GM/MS,
175 de 9 de julho de 2013, com a definição dos critérios de financiamento,
176 monitoramento e avaliação; A Portaria nº 1.357GM/MS, de 02 de junho de
177 2017, que desabilita os entes federados ao recebimento do incentivo
178 financeiro de custeio para implantação e manutenção de ações e serviços
179 públicos estratégicos de vigilância em saúde, A CIB **APROVOU** a reabilitação
180 dos Núcleos de Vigilância Epidemiológica Hospitalar dos Hospitais Nereu
181 Ramos, Hospital Infantil Joana de Gusmão e Hospital Regional do Oeste, que
182 se comprometeram a cumprir os critérios estabelecidos na Portaria nº 183.

183

184 q) **CAPS I MICRORREGIONAL COM SEDE EM SOMBRIO**

185 A CIB **APROVOU** A habilitação do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I
186 MICRORREGIONAL, com sede no Município de SOMBRIO e referência para
187 o Município de Balneário Gaivota.

188

189 r) **SOLICITAÇÃO DE RECURSO FEDERAL**

190 A CIB **APROVOU** o Pleito da Sociedade Franco Brasileira - Hospital Maicé,
191 junto ao Ministério da Saúde, para a obtenção de recursos visando a
192 aquisição e alocação de aparelho de Hemodinâmica na referida Unidade
193 assistencial.

194

195 s) **RATIFICAÇÕES DE ORDEM DE SERVIÇO, CONCLUSÃO DE OBRA E SOLICITAÇÃO DE**
196 **RECURSO FEDERAL**



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

197 A CIB **RATIFICOU** as solicitações de ordem de serviço, certificado de
198 conclusão de obra e solicitações de recurso federal dos Municípios de:
199 Ararquari, Balneário Camboriú, Braço do Norte.

200

201 t) **NOTA TÉCNICA: SOLICITAÇÃO DE EXAMES COMPLEMENTARES POR MÉDICO DA**
202 **ATENÇÃO BÁSICA**

203 A CIB **APROVOU** as recomendações sobre as solicitações de exames
204 complementares de média e alta complexidade por médicos da atenção
205 básica após realização de teleconsultoria clínica de intenção de
206 encaminhamento. A Nota Técnica constará desta Deliberação.

207

208 **DISCUSSÕES E ENCAMINHAMENTOS**

209 – **Cronograma de Pagamentos da SES referente repasse aos municípios.**

210 O Secretário de Estado da Saúde e Coordenador da CIB/SES, Vicente
211 Caropreso, informa que esta semana, os municípios receberão os repasses
212 referentes à maio de 2017 e, até dezembro de 2017, receberão os repasses
213 relativos à competência junho de 2017. O Secretário de Estado da Saúde e
214 Coordenador da CIB/SES, Vicente Caropreso, informa que o último trimestre
215 de 2016 e o primeiro trimestre de 2017 foram auditados e pagos, com o
216 repasse dos 25 milhões de reais, pelo Ministério da Saúde. Celso
217 Dellagiustina, Secretário Municipal de Saúde de Itajaí, dirige-se ao Secretário
218 de Estado da Saúde, referindo que é difícil fazer gestão nos municípios sem
219 pagamento dos serviços prestados. Cita que em seu Município já vem
220 pagando os serviços com recursos próprios e, portanto, solicita que o
221 Secretário de Estado da Saúde sensibilize o Governador do Estado para que
222 repasse os recursos para a saúde, tanto para a SES como para os municípios.
223 Celso Dellagiustina cita ainda que pagar TRS não é o mesmo que comprar
224 lápis e canetas. Refere que já adiantou pagamentos aos seus prestadores e
225 fornecedores e, por isso, espera que o Estado honre as suas contas. Ressalta
226 ainda, **que o Estado de Santa Catarina está fazendo um SUS solitário e**
227 **não solidário.** O Coordenador da CIB/SES refere que não está autorizado a
228 pagar mais parcelas aos municípios no momento. Maria Regina de Souza
229 Soar, Secretária Municipal de Saúde de Blumenau, lembra que a SES não é
230 gestora do Fundo de Saúde e sabe que a Secretaria de Estado da Fazenda
231 não repassa todos os recursos devidos à SES. Cita também que a saúde não
232 é prioridade do Governo do Estado. Maria Regina de Souza Soar coloca ainda
233 a fala da Superintendente Financeira da SES, Neusa Ivete Muller, que referiu
234 em outro momento, “que pagar TRS e Fornecedores de papel é a mesma
235 coisa”. O Coordenador da CIB/Cosems, Sidnei Bellé, menciona que o
236 Governador dará um calote em todos os municípios. Que a dívida com a SES
237 e com os municípios é grande e o repasse mensal, insuficiente. Sidnei Bellé
238 refere que reclamava do Secretário da Fazenda ‘Gavazone’, que não
239 repassava os recursos devidos a SES. Que acreditava que os repasses
240 insuficientes eram por conta do Secretário da Fazenda do Estado. Hoje vê que
241 o Secretário da Fazenda é o outro (não mais o Gavazone) e a situação
242 continua a mesma. E que essa situação vem desde o tempo que o Deputado
243 João Paulo Kleinubing era o Secretário de Estado da Saúde. Sidnei Bellé



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

244 conclui que o Governador do Estado Raimundo Colombo é que não quer
245 repassar o recurso para a SES e não os Secretários de Estado da Fazenda.

246

247 **HOMOLOGAÇÕES**

248 A CIB **HOMOLOGOU** as Deliberações *ad referendum*, listadas a seguir:
249 Deliberação 233/CIB/2017 – Aprova o redimensionamento da estrutura do
250 Sistema Estadual de Transplantes, ampliando de 03 (três) para 4 (quatro)
251 Organizações de Procura de Órgãos no Estado de Santa Catarina, com
252 custeio do Ministério da Saúde. Que a quarta Organização de Procura de
253 Órgãos será instalada no Município de Caçador, no Hospital Maicé.
254 234//CIB/2017– Aprova a alteração do CEO – Centro de Especialidades
255 Odontológicas, de São Lourenço do Oeste, de tipo II para tipo III.
256 235/CIB/2017 – Aprova uma Unidade de Suporte Básico – USB/SAMU para o
257 Município de TREVISO. 236/CIB/2017 – Ratifica a Ordem de Serviço de 27 de
258 setembro de 2017, referente à ampliação da Unidade de Saúde/ESF Barra da
259 Prata, localizada na Rua Celestino Odorizzi, s/n, Bairro Barra da Prata,
260 Município de VITOR MEIRELES. Portaria Ministério da Saúde 339 de 04 de
261 março de 2013. 237/CIB/2017 – Ratifica a solicitação de recurso federal,
262 oriundo de Emenda Parlamentar, para o Fundo Municipal de Saúde de
263 PALHOÇA. 238/CIB/2017 – Ratifica a solicitação de recurso federal, oriundo
264 de Emenda Parlamentar, para o Fundo Municipal de Saúde de PALHOÇA.
265 239/CIB/2017 – Ratifica a solicitação de recurso federal, oriundo de Emenda
266 Parlamentar, no valor de R\$ 500.000,00 para aquisição de equipamentos e
267 material permanente para Unidade de Atenção Especializada em Saúde
268 Policlínica Walmor Beduschi, localizada na Av. Olga Wehmuth 113, município
269 de GASPAR. 240/CIB/2017 e 241/CIB/2017 – Ratifica solicitação de recurso
270 de Emenda Parlamentar para aquisição de equipamentos para o Município de
271 Araranguá. 242/CIB/2017 – Ratifica a solicitação de recurso federal, oriundo
272 de Emenda Parlamentar, para custeio das ações e serviços públicos de saúde
273 do Município de SÃO JOÃO DO SUL. 243/CIB/2017 – Ratifica o
274 cancelamento da construção da UBS Belmar, Proposta 82892.3160001/10-
275 012, recurso da Portaria Ministério da Saúde 340 de 04 de março de 2013, da
276 construção do componente Requalificação de Unidade Básica de Saúde,
277 Município de PALHOÇA. 244/CIB/2017 – Ratifica os atestados de conclusão
278 de obra do Município de PALHOÇA. 245/CIB/2017 – Ratifica a solicitação de
279 recurso federal, para aquisição de ambulância para transporte de usuários do
280 Município de ITAIÓPOLIS. Recurso de Emenda Parlamentar. 246/CIB/2017 –
281 Ratifica a solicitação de recurso federal, para aquisição de ambulância tipo A,
282 para transporte de usuários do Município de TRÊS BARRAS. 247/CIB/2017 –
283 Ratifica a solicitação de recurso federal, para aquisição de ambulância tipo A,
284 para transporte de usuários do Município de SCHROEDER. 248/CIB/2017 –
285 Ratifica a solicitação de recurso federal, para aquisição de ambulância tipo A,
286 para transporte de usuários do Município de SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ.
287 249/CIB/2017 – Ratifica a solicitação de recurso federal, para aquisição de
288 ambulância tipo A, para transporte de usuários do Município de ITAIÓPOLIS.
289 250/CIB/2017 – Ratifica a solicitação de recurso federal, para aquisição de
290 ambulância tipo A, para transporte de usuários do Município de CANOINHAS.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

291 251/CIB/2017 – Ratifica o Atestado de Conclusão de Obra de 05 de setembro
292 de 2017, referente à construção da Unidade de Saúde José Sawinski João
293 Paulo II, localizada na Rua Boleslau Polanski, 602, Bairro João Paulo II
294 Município de TRÊS BARRAS. Portaria Ministério da Saúde 2.226/2009. O
295 Atestado de Conclusão de Obra de 05 de setembro de 2017, referente à
296 construção da Unidade Sanitária de Saúde Pedro Toporoski, localizada na
297 Rua Cyriaco Felício de Souza, 845, Bairro Vila Nova, Município de TRÊS
298 BARRAS. Portaria Ministério da Saúde 2.226/2009. 252/CIB/2017 – Ratifica a
299 alteração do Centro de Especialidades Odontológicas – CEO, do Município de
300 Brusque, do tipo II para tipo III. Essa alteração foi aprovada na CIR do Médio
301 Vale do Itajaí e avaliada pela Coordenação de Saúde Bucal da SES.
302 253/CIB/2017 – Ratifica o Atestado de Conclusão de Obra de 30 de outubro
303 de 2017, referente à conclusão da Unidade de Saúde, localizada na Rua Dez
304 de Maio, Centro, Município de SANTA ROSA DE LIMA. Proposta
305 113424350001/13-001. O Termo de Recebimento Provisório de Obra de 30
306 de outubro de 2017, da construção da Unidade de Saúde, localizada na Rua
307 Dez de Maio, Centro, Município de SANTA ROSA DE LIMA. 254/CIB/2017 –
308 Ratifica a solicitação de recurso federal para aquisição de Ambulância tipo A,
309 para transporte de usuários do Município de PAPANDUVA. 255/CIB/2017 –
310 Ordem de Serviço de construção de UBS de Urussanga; 256/cib/2017 –
311 Ratifica a devolução do recurso federal referente a Proposta
312 831696230001/10-104 – UBS Vila Nova II, do Município de JOINVILLE.
313 257/CIB/2017 – Ratifica a Utilização do recurso financeiro, sobra das
314 Propostas das Emendas Parlamentares listadas a seguir: Proposta 1 –
315 10461159000/115001 (R\$298.802,10). Proposta 2 – 10461159000/115002
316 (R\$ 101.179,00), ambas cadastradas em 09/07/2015, que tinham como
317 objetivo a aquisição de materiais e equipamentos para a Unidade Básica de
318 Saúde Porte II. Município de TREVISO. 258/CIB/2017 – A Solicitação de
319 recurso federal, de Emenda Parlamentar, para aquisição de equipamento e
320 material permanente para a Unidade de Saúde, Município de MARACAJÁ.
321 Proposta 10425206000/1140-03 e Processo 25000173834/2017-78 no valor
322 de R\$ 52.180,00; Processo 25000173836/2014/67 no valor de R\$ 86.450,00.
323 Proposta 10425206000/1140-02 e Processo 25000173831/2014-34 no valor
324 de R\$ 70.350,00. 259/CIB/2017 – Ratifica a Solicitação de recurso federal, de
325 Emenda Parlamentar, para aquisição de equipamento e material permanente
326 para a Unidade de Saúde, Município de MARACAJÁ. Proposta
327 10425206000/1140-03 e Processo 25000173834/2017-78 no valor de R\$
328 52.180,00; Processo 25000173836/2014/67 no valor de R\$ 86.450,00.
329 Proposta 10425206000/1140-02 e Processo 25000173831/2014-34 no valor
330 de R\$ 70.350,00. 260/CIB/2017 – Ratifica o cancelamento da Proposta
331 11732185000116005, destinada à reforma da UBS Sede do Município de
332 SANGÃO. 261/CIB/2017 – Ratifica a Ordem de Serviço 19/17 de 30 de
333 outubro de 2017, referente à a construção do Centro de Atenção Psicossocial
334 para Dependentes de Álcool e Drogas – CAPS AD III, a ser construído no
335 Lote 01 da Quadra 4415, Loteamento Mirante do Sol, Bairro Presidente
336 Médiçi, Município de CHAPECÓ. 262/CIB/2017 – Aprova a PPI, competência
337 dezembro de 2017. 263/CIB/2017 – Recurso transplantes. 264/CIB/2017 –



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

338 Ordem de Serviço de São João Batista. 265/CIB/2017 – recurso federal para
339 Balneário Gaivota. 266/CIB/2017 – Certificado de Conclusão de Obra de
340 Monte Castelo.

341

342 **DOCUMENTOS RECEBIDOS**

343 – solicitação de ratificações de ordem de serviço, conclusão de obra e de
344 solicitação de recurso federal de emenda parlamentar.

345

346 **INFORMES**

347 **a) RELATÓRIO DE AUDITORIA**

348 A Gerência de Auditoria encaminhou o relatório de auditoria, referente ao mês
349 de outubro de 2017, em andamento ou concluídas em seus municípios.

350

351 **b) RELATÓRIO DE ATENÇÃO BÁSICA**

352 A Gerência de Atenção Básica encaminhou o relatório com os processos em
353 andamento da Gerência da Atenção Básica.

354

355 **c) Mutirão de Cirurgia De Catarata**

356 Grace Ella Berenhauser, Superintendente de Gestão e Planejamento, refere o
357 mutirão de cirurgias de catarata. Informa que há 10 hospitais disponíveis para
358 a realização do mutirão de cirurgias de catarata em dezembro/2017, janeiro e
359 fevereiro de 2018. E que 90 municípios ainda não forneceram a lista dos
360 pacientes para a SES. Sidnei Bellé solicita a Karin Geller que informe sobre
361 os trâmites da Campanha de Cirurgias Eletivas Geral. Karin Geller esclarece
362 que os critérios foram flexibilizados e as centrais de regulação abrirão as
363 cotas. Cita ainda que o gestor negocia com o prestador de serviço e deve
364 informar ao controle e avaliação da SES a pactuação. Karin Geller lembra que
365 há usuários na fila sem consulta e exame pré-operatório, não permitindo
366 inserir o laudo na regulação, pela inexistência de laudo. Karin lembra também
367 que não é necessário regulação para a consulta e exames do pré-operatório.
368 Após a consulta, o município insere o laudo no SISREG. O Município de
369 Maravilha presta os serviços pelo consórcio e questiona, se o médico
370 cirurgião que consultou o paciente no consultório para realização da cirurgia
371 eletiva, for do consórcio, ele pode preencher o laudo no consultório para
372 inserção no SISREG, colocando que o atendimento foi de consórcio? Karin
373 Geller esclarece que, se o médico do consultório for do consórcio, ele pode
374 preencher o laudo sim, para inserção no SISREG, colocando que o
375 atendimento foi pelo consórcio, mesmo, tendo sido no consultório. Karin
376 Geller lembra que as cotas pactuadas, convencionais de cirurgias eletivas,
377 não podem ser computadas como cirurgias de campanha.

378

379 **d) Prestação de Contas do ParticipaSUS**

380 Grace Ella Berenhauser, Superintendente de Gestão e Planejamento,
381 apresenta a prestação de contas da Deliberação 432/2014: recurso
382 ParticipaSUS. Apresenta o montante repassado para as Comissões
383 Intergestores Regional – CIR; o convênio com o Cosems e o quantitativo
384 destinado às capacitações. Maria Regina de Souza Soar, Secretária Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

385 de Saúde de Blumenau, questiona o recurso destinado às capacitações, que
386 foram utilizados para a Macrorregião da Grande Florianópolis, quando
387 deveriam ser utilizados para todo o Estado, considerando que eram recursos
388 federais.

389

390 **e) Serviços Habilitados sem Produção**

391 Grace Ella Berenhauer coloca a situação dos serviços que estão habilitados
392 a prestarem serviços ao SUS e não apresentam produção. Maria Regina de
393 Souza Soar, Secretária Municipal de Blumenau, acredita que os municípios
394 deveriam devolver o recurso, até porque, o Ministério da Saúde vai bloquear
395 os recursos a serem repassados. Um dos serviços sem produção refere-se à
396 saúde mental. Helma Finta Uba, Gerente de Processamento, esclarece que o
397 prestador de serviço não consegue digitar a produção dos leitos de saúde
398 mental. Karin Geller cita que existem prestadores de serviços que não
399 apresentam produção e, portanto, estão sem série histórica. Reforça por fim,
400 que há serviços habilitados sem produção e serviços que produzem e não
401 apresentam/registram a produção.

402

403 **f) Esclarecimentos Webservice publicidade listas de espera - Lei 17066**

404 Decka Cortese, Gerente de Regulação, informa que concluíram os
405 treinamentos do SISREG e que já estão com as filas publicizadas. Informa
406 também que o Ministério Público tem conhecimento de todo o processo. Cita
407 que há municípios solicitando treinamento.

408

409 **g) Cronograma: capacitação permanente SISREG 2018**

410 Decka Cortese, Gerente de Regulação da SES, apresenta o cronograma de
411 capacitações sobre o SISREG, para 2018. O cronograma foi distribuído aos
412 membros da CIB.

413

414 **h) Portarias MS 3.011 e 3.037 (migração FAEC para MAC e atualização de**
415 **valores de procedimentos Portaria MS nº 2.730).**

416 Karin Geller esclarece sobre a passagem de procedimentos do FAEC para
417 MAC. Informa que os procedimentos que os estados não apresentavam
418 produção ou não registravam a produção foram os repassados para o MAC.
419 Isso significa que não apresentam série histórica, causando problemas com o
420 repasse de recurso por parte do Ministério da Saúde. Portaria GM/MS 3.037
421 que altera valores de procedimentos oftalmológicos na Tabela de
422 Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do
423 Sistema Único de Saúde (SUS) e estabelece o remanejamento de recursos
424 do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação – FAEC para Componente
425 Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do
426 Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a
427 serem incorporados aos Estados e Distrito Federal. Portaria MS 3.011 de 10
428 de novembro de 2017 – estabelece recursos a serem transferidos do Fundo
429 de Ações Estratégicas e Compensação – FAEC para o Teto Financeiro Anual
430 da Assistência Ambulatorial e Hospitalar de Média e Alta Complexidade - AC
431 dos Estados e do Distrito Federal. Portaria MS 2.730 GM/MS de 19 de



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

432 outubro de 2017 – Altera valor e atributos de procedimentos diagnósticos de
433 câncer de mama na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses,
434 Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS) – alocação
435 de recurso da oncologia. Maria Regina de Souza Soar, Secretária Municipal
436 de Saúde de Blumenau, faz um breve relato sobre as Portarias e a alocação
437 de recursos. Sugere que as Deliberações sejam elaboradas com urgência e
438 que os recursos sejam retroativos. Karin Geller cita que a SES já está
439 trabalhando com essas portarias. Cita também que nem todos os
440 procedimentos repassados de FAEC para MAC serão contemplados. Maria
441 Regina de Souza Soar sugere que SES e Cosems pactuem essas portarias,
442 sem que para isso necessita realizar uma reunião de CIB.

443

444 Nada mais havendo a tratar, eu, Lourdes de Costa Remor, lavrei a presente
445 Ata, assinada por mim e pelos Coordenadores.

446

447

Joinville, 29 de novembro de 2017.